

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Produban Serviços de Informática S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, março de 2013
A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	2012	2011	Nota	2012	2011
Ativo					
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalente de Caixa	3&16.f	88	72		
Aplicações Financeiras	4	791	26.234		
Créditos Tributários - Correntes		11.373	1.001		
Outros Ativos Financeiros		1.096	1.110		
Outros Ativos		435	277		
Ativo Não Circulante		61.726	46.259		
Aplicações Financeiras	4	41.609	21.664		
Contas a Receber		1.380	20		
Depósitos Judiciais		3.662	3.336		
Créditos Tributários		13.824	19.664		
Correntes		3.536	9.152		
Diferidos	9.b	10.288	10.512		
Outros Ativos Financeiros		-	91		
Ativo Tangível	5	946	1.243		
Ativo Intangível	6	305	241		
Total do Ativo		75.509	74.953		
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivo Circulante					
Contas a Pagar		1.693	9.417		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar		995	1.356		
Salários a Pagar		22.447	22.759		
Impostos a Pagar		4.134	4.875		
Outros Passivos		7.529	3.186		
Passivo Não Circulante		6.796	4.599		
Outros Passivos		85	298		
Provisões	8	6.711	4.261		
Total do Passivo		43.594	46.152		
Patrimônio Líquido					
Capital Social	10.a	24.920	14.920		
Reservas	10.c	6.995	13.881		
Total do Patrimônio Líquido		31.915	28.801		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		75.509	74.953		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de Dezembro de 2010					
Aumento de Capital					
Lucro Líquido	10.a	4.939	-	(4.939)	-
Destinações:					
Reserva Legal	10.c	-	330	(330)	-
Dividendos	10.b	-	-	(166)	(166)
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	(1.400)	(1.400)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.d	-	-	4.698	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		14.920	2.034	11.847	28.801
Aumento de Capital	10.a	10.000	-	(10.000)	-
Lucro Líquido		-	-	4.284	4.284
Destinações:					
Reserva Legal	10.c	-	214	(214)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	(1.170)	(1.170)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.c	-	-	1.450	(1.450)
Reserva para Reforço de Capital	10.d	-	-	1.450	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		24.920	2.248	4.747	31.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Produban Serviços de Informática S.A. (Produban) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto, entre outros, desenvolvimento e implantação de infraestrutura de tecnologia, gestão de processamento de serviços de tecnologia, suporte técnico, gestão de recursos de comunicação - dados e voz, suporte de infraestrutura em sites de processamento distribuído, suporte de equipamentos de uso corporativo, mesa de operações e call center e suporte à implantação de projetos, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente.

As receitas da Produban nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na nota explicativa 16.f.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Produban, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - The International Financial Reporting Standard (IFRS).

O resultado e a posição financeira da Produban estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 25 de março de 2013.

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações da Produban:

- CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- CPC 15 (R1) Combinação de Negócios; CPC 18 (R1) Investimento em Coligada e em Controladas; CPC 19 (R1) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture); CPC 20 (R1) Custos de Empreendimentos; CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária; CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 30 (R1) Receitas; CPC 35 (R2) Demonstrações Separadas; CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas e CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros; Evidenciação;
- CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados - O Comitê de Pronunciamentos Contábeis determinou principalmente alterações na contabilização de planos de benefícios definido eliminando a opção do modelo atual de aplicação do método do corredor para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais.

O CPC não editou diversos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS's novas e emendas que passaram a vigor a partir de 1 de janeiro de 2013. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelos CPC. Considerando as atuais operações da Produban, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores classificados a curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e residualmente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;

• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado, e

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que de modo geral, a intenção seja mantê-los até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o qual inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber";
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;

• Os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e

• Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar"; e
- "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar".

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Provisão para Perdas sobre Créditos

Provisão para perdas sobre créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às perdas;

d) Ativo Tangível

a) depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Produban avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

e) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares autorizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Produban avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil

acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as suas atividades.

f) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

g) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

h) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestitação de Serviços:

• Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e

• As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

i) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Produban é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de constatação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Produban. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Produban, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil): de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Produban como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado líquido: (i) do valor justo dos ativos dos planos; (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; e (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Um ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como "outros ativos", no caso do valor líquido representado por um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras conforme as condições previstas na Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinada; e (ii) somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadas, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. A Produban utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios; é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado da seguinte forma:

- Custo de serviço corrente - aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente - "despesas com pessoal";
- Custo de juros - aumento no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo - "despesas com juros e similares";
- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas sobre o valor dos ativos do plano - "receitas com juros e similares"; e
- Os ganhos e as perdas atuariais calculados utilizando-se o método do corredor e o custo não reconhecido de serviços passados - "provisões (líquidas)".

Os planos de benefício definido são registrados com base em avaliação atuarial, realizado anualmente por avaliação externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente. A avaliação atuarial destes planos depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam as seguintes:

- Taxas de juros assumidas;
- Tábuas de mortalidade;
- Índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- Índice de inflação de preços;
- Índice anual de reajustes salariais; e
- Método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

k) Remuneração Baseada em Ações

A Produban participa dos planos de compensação a longo prazo do Banco Santander S.A. (Banco Santander Espanha). Esses planos têm determinadas condições para a aquisição. As principais condições são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco Santander Espanha: Retorno Total do Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco Santander Espanha. O Banco Santander Espanha mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

o valor justo do ativo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2012	2011
Receita Líquida de Prestação de Serviços	11	182.933	173.653
Custos dos Serviços Prestados	12	(160.863)</	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de risco e classificação dos assessores jurídicos.

O saldo da provisão trabalhista é de R\$5.266 (2011 - R\$2.846).

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, incluindo as obrigações legais, totalizaram R\$601.338 e trabalhistas R\$6.353. O principal processo é:

Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., atual Produban e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Produban na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Produban, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Produban foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda pendente de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos em última instância perante o CARF. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$586 milhões.

e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

e.1) Plano de Aposentadoria Complementar

A Produban patrocinadora, juntamente com o Banco Santander, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

f) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos pela de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

g) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

h) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Fechada (SantanderPrevi)

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Banco Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao exercício de 2012 relativo a SantanderPrevi foi de R\$1.828 (2011 - R\$1.312).

i) Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	2012		2011	
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Sanprev

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais	(74.946)	(306)	(50.500)	(248)
Valor Justo dos Ativos do Plano	62.491	1.043	49.288	719

Sendo:

Superávit	5.859	737	6.868	471
Perdas Atuariais não Reconhecidas	(17.585)	-	-	-
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	-	162	26	184
Valor não Reconhecido como Ativo	5.859	575	6.842	287

Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro

Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	12.944	324	9.099	102
---	--------	-----	-------	-----

e.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

	2012	2011
--	------	------

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais	(13.502)	(9.936)
Valor Justo dos Ativos do Plano	11.020	9.236

Sendo:

Déficit	(2.481)	(700)
Perdas Atuariais não Reconhecidas	(2.384)	(714)

Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro

Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	(98)	(14)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	2.241	1.089

As Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos foram:

- Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial:

.Banesprev - 8,7% (2011 - 10,4%).

.Sanprev - 8,7% (2011 - 10,4%).

- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte:

.Banesprev - 8,7% (2011 - 10,6%).

.Sanprev - 8,7% (2011 - 10,6%).

- Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo:

.Banesprev e Sanprev - 4,5% (2011 - 4,4%).

- Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários

.Banesprev e Sanprev - 5,0% (2011 - 4,9%).

- Tábua Biométrica de Mortalidade Geral

.AT2000 (2011 - AT2000).

e.3) Remuneração com Base em Ações

A Produban Serviços de Informática S.A. possui um programa de remuneração de longo prazo vinculado ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global. São elegíveis para este plano os membros da Diretoria Executiva da Produban Serviços de Informática S.A., além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

e.3.1) Programa Global

Política de Incentivo a longo prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos da Produban Serviços de Informática S.A. estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicia em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12/PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de

alcança das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão a Produban durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade esperada ⁽¹⁾	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de Cupul zero) durante o prazo do plano	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

⁽¹⁾ Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de exercício	Data final do período de exercício
--	---------------------	------------------	-----------------------	--	------------------------------------

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010

Opções Exercidas/Canceladas (PI11)	(26.200)	2008	Executivos	21/06/2008	31/07/2011
Opções Concedidas (PI13)	788	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013
Opções Concedidas (PI14)	43.399	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011

Opções Exercidas/Canceladas (PI12)	(33.350)	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Opções Canceladas (PI14)	(3.749)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012

Plano I13	36.530	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013
Plano I14	39.650	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Total	76.180				

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$ 410 (2011 - R\$ 439), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

9) Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2012	2011
Resultado antes da Tributação	6.037	8.979
Juros sobre o Capital Próprio	(1.170)	(1.400)
Resultado Líquido Ajustado	4.867	7.579

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respetivamente

Outros Ajustes	(1.655)	(2.577)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13)	(98)	192
Impostos Correntes	(1.529)	(4.332)
Impostos Diferidos	(224)	1.947
Impostos Pagos no Exercício	(186)	(4.122)
Alíquota Efetiva	29,04%	26,56%

b) Impostos Diferidos

Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
----------------------------	---------------------	-------------------	----------------------------

Natureza e Origem:

Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais

377	10	-	387
-----	----	---	-----

Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

968	1.114	(292)	1.790
-----	-------	-------	-------

Provisão para Despesa de Pessoal - PLR

4.786	4.816	(5.190)	4.412
-------	-------	---------	-------

Outras Provisões Administrativas

1.056	33	-	1.089
-------	----	---	-------

Outras Provisões Temporárias

3.325	-	(715)	2.610
Total	10.512	5.973	(6.197)

Saldo em 31/12/2010

Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
----------------------------	---------------------	-------------------	----------------------------

Natureza e Origem:

Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais

365	12	-	377
-----	----	---	-----

Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

521	499	(52)	968
-----	-----	------	-----

Provisão para Despesa de Pessoal - PLR

5.487	4.045	(4.746)	4.786
-------	-------	---------	-------

Outras Provisões Administrativas

1.886	-	(830)	1.056
-------	---	-------	-------

Outras Provisões Temporárias

306	3.019	-	3.325
Total	8.565	7.575	(5.628)

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários - Diferidos

	2012
--	------

Diferenças Temporárias

Ano	IRPJ	CSLL	Total
2013	6.455	2.330	8.785
2014	263	100	363
2015	263	100	363
2016	263	95	358
2017	307	112	419
Total	7.551	2.737	10.288

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o capital social, totalmente integralizado, está representado por 11.250 mil ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 27 de abril de 2012, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$10.000, sem modificação do número de ações.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 26 de abril de 2011, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$4.939, sem modificação do número de ações.

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em dezembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.170 (R\$104,00 por lote de mil ações e R\$88,40, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações), que gerou benefícios fiscais de R\$398, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2012.

Em dezembro de 2011, foram destacados dividendos no montante de R\$166 (R\$14,76 por lote de mil ações) e foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.400 (R\$124,44 por lote de mil ações e R\$105,78, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações), que gerou benefícios fiscais de R\$476, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2011.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. O saldo da reserva para equalização de dividendos, juntamente com a reserva legal, deve ser limitado a 100% do capital social. A parcela do saldo existente em dezembro de 2012 que excede esse limite, será destinada na AGO a realizar-se até 30 de abril de 2013.

11. Receita Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	2012	2011
Receita Bruta		
Operações com Partes Relacionadas (Nota 13&16.f)	198.508	187.897
Operações com Terceiros (Nota 13)	895	402